

ENCONTRO ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA-GERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

02 de julho de 2015

Pollyana Soares

2012

Criação da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego;

São extintos, sendo objeto de fusão,

- a) A **Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento**, sendo as suas atribuições integradas na Secretaria -Geral do Ministério da Economia e do Emprego;
- b) A **Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, sendo as suas atribuições integradas na Secretaria -Geral do Ministério da Economia e do Emprego;
- c) A **Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, sendo as suas atribuições no domínio da inspeção e auditoria integradas na Secretaria - Geral do Ministério da Economia e do Emprego;

2012

TRANSFERÊNCIA DE ESPÓLIOS ARQUIVÍSTICOS EM RESULTADO DAS ATERAÇÕES:

Todo o arquivo, corrente e intermédio (**2 Km** de documentação) da ex-SGMOPTC para a SGMEE (Rua de São Mamede ao Caldas para a Av. da República).

Todo o arquivo, corrente e intermédio (**1 Km** de documentação) da ex-Inspeção-Geral das Obras Públicas Transportes e Comunicações para a SGMEE (Rua Júlio Dinis para a Av. da República).

Todo o arquivo (**1 Km**) dos gabinetes ministeriais do ex- MOPTC - (Ministro SE OP e Comunicações e SE Transportes) - (optou-se por: documentação anterior a 2010 - Depósito da travessa da Horta - posterior a 2010 - junto aos atuais gabinetes (Palácio Manteigueiro - Rua da Horta Seca).

2014

EM JANEIRO

Decreto-lei 11/2014, 11 janeiro

OPERA A TRANSIÇÃO:

- **EMPREGO** → Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
- **ENERGIA** → Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

2014

IMPLICAÇÕES NO ARQUIVO:

Transferência do arquivo corrente respeitante às áreas (mormente processos individuais, judiciais, administrativos e documentação financeira e orçamental) para as respetivas secretarias-gerais (MSESS e MAOTE).

Transferência do arquivo histórico da Energia para a Direção-Geral de Energia e Geologia e Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (1 KM) - *em negociação*.

Recepção da documentação (não necessária à prossecução das atribuições dos organismos que recebem as competências e os documentos inativos de conservação permanente) proveniente das 5 Direções Regionais de Economia (Lisboa, Alentejo, Algarve, Centro e Norte), em processo de extinção por fusão - *em curso*

**SECRETARIA-GERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

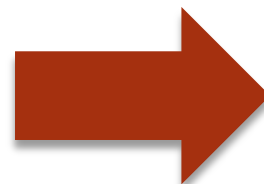
Particularidades

Administração Direta



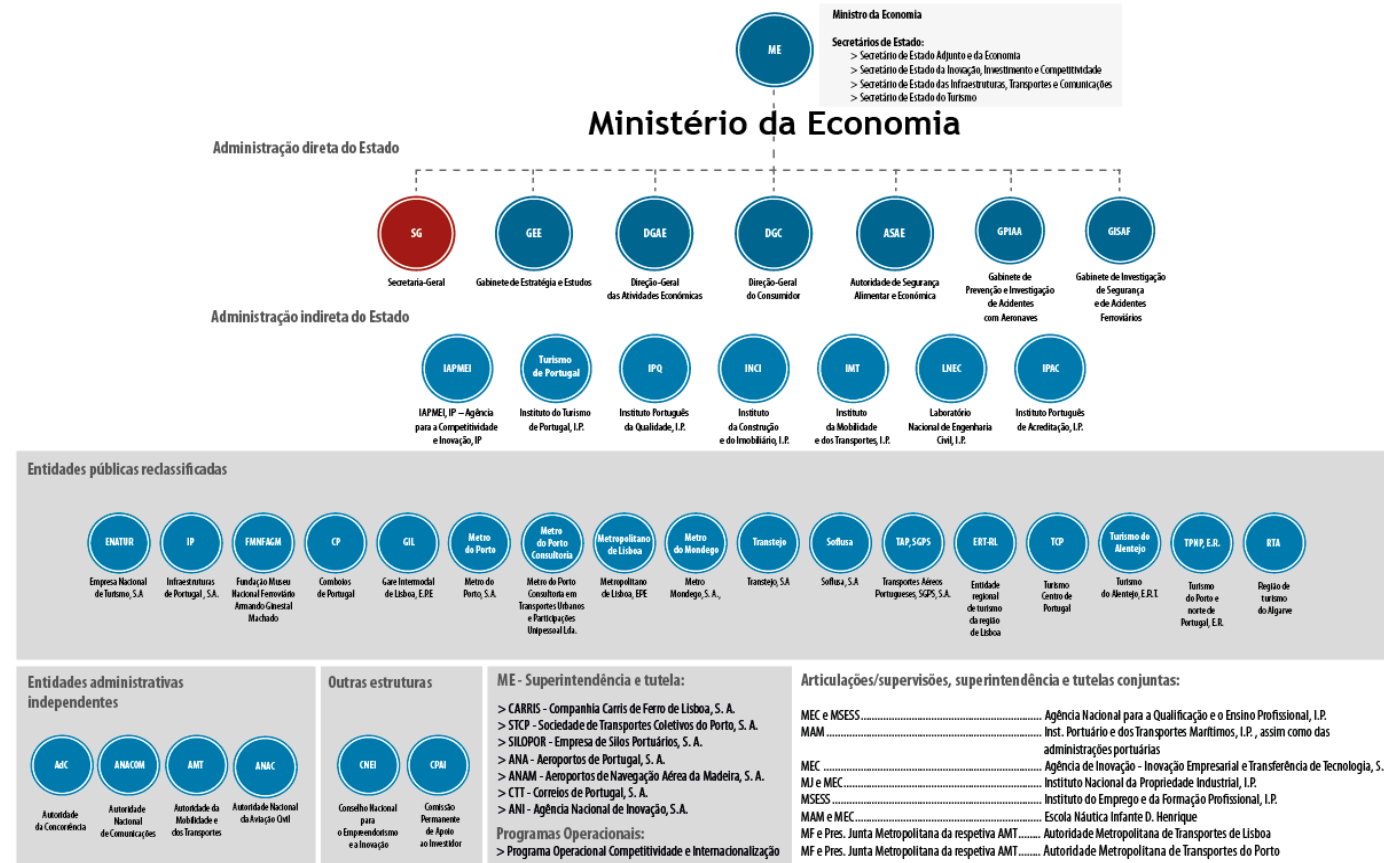
Prestação Centralizada de Serviços

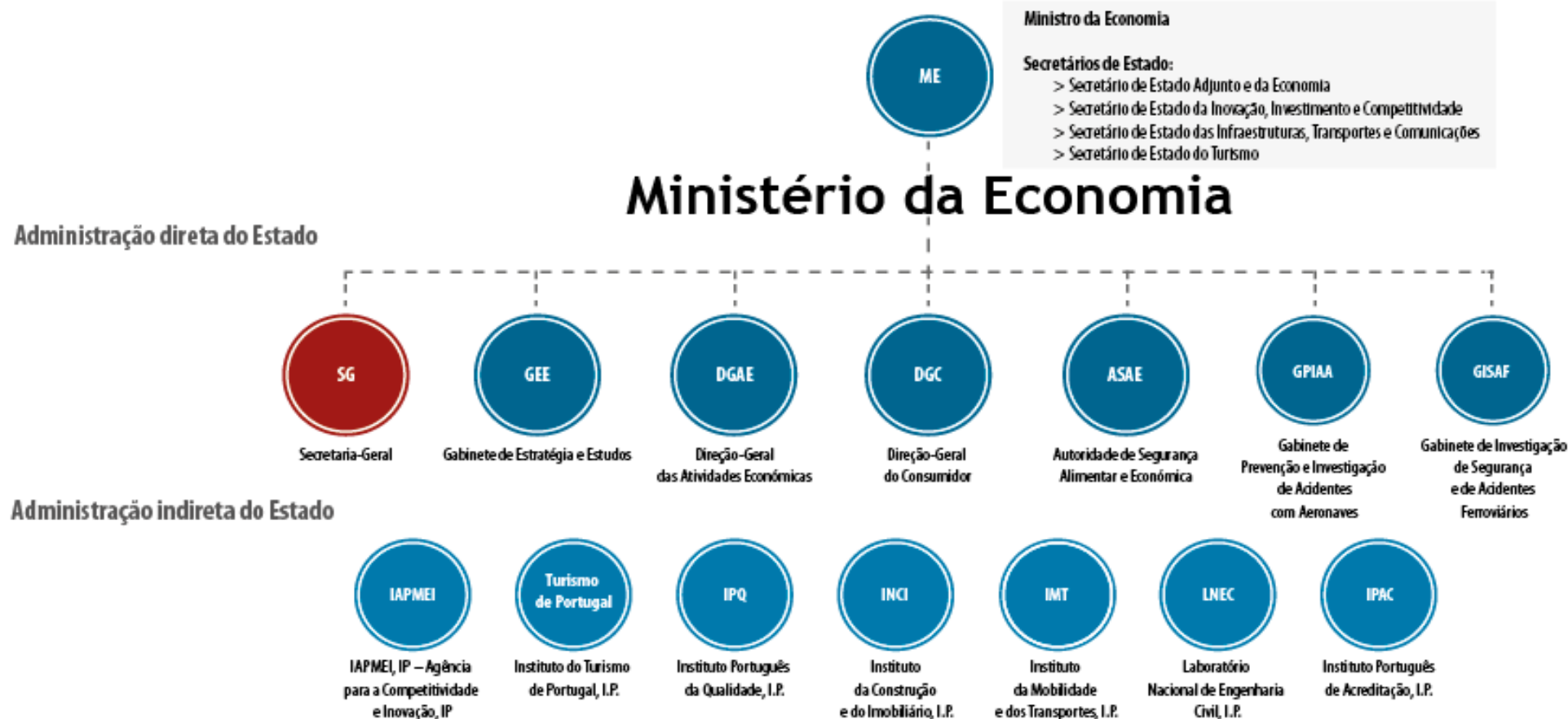
Administração Indireta



Apoio técnico

A Secretaria-Geral é um serviço central integrado na administração direta do Estado





PRESTAÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS

NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO:



Gabinete de Estratégia e Estudos
Direção-Geral das Atividades Económicas
Direção-Geral do Consumidor
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica



~~Direções Regionais de Economia~~
~~Direção-Geral de Energia e Geologia~~
~~Autoridade para as Condições de Trabalho~~
~~Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho~~



NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO ESTADO

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.
Instituto Português da Qualidade, I. P.
Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.
Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.
Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.
Instituto Português de Acreditação, I. P.



~~Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.~~
~~Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.~~
~~Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.~~



ENTIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES

Autoridade da Concorrência
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
Autoridade Nacional de Comunicações

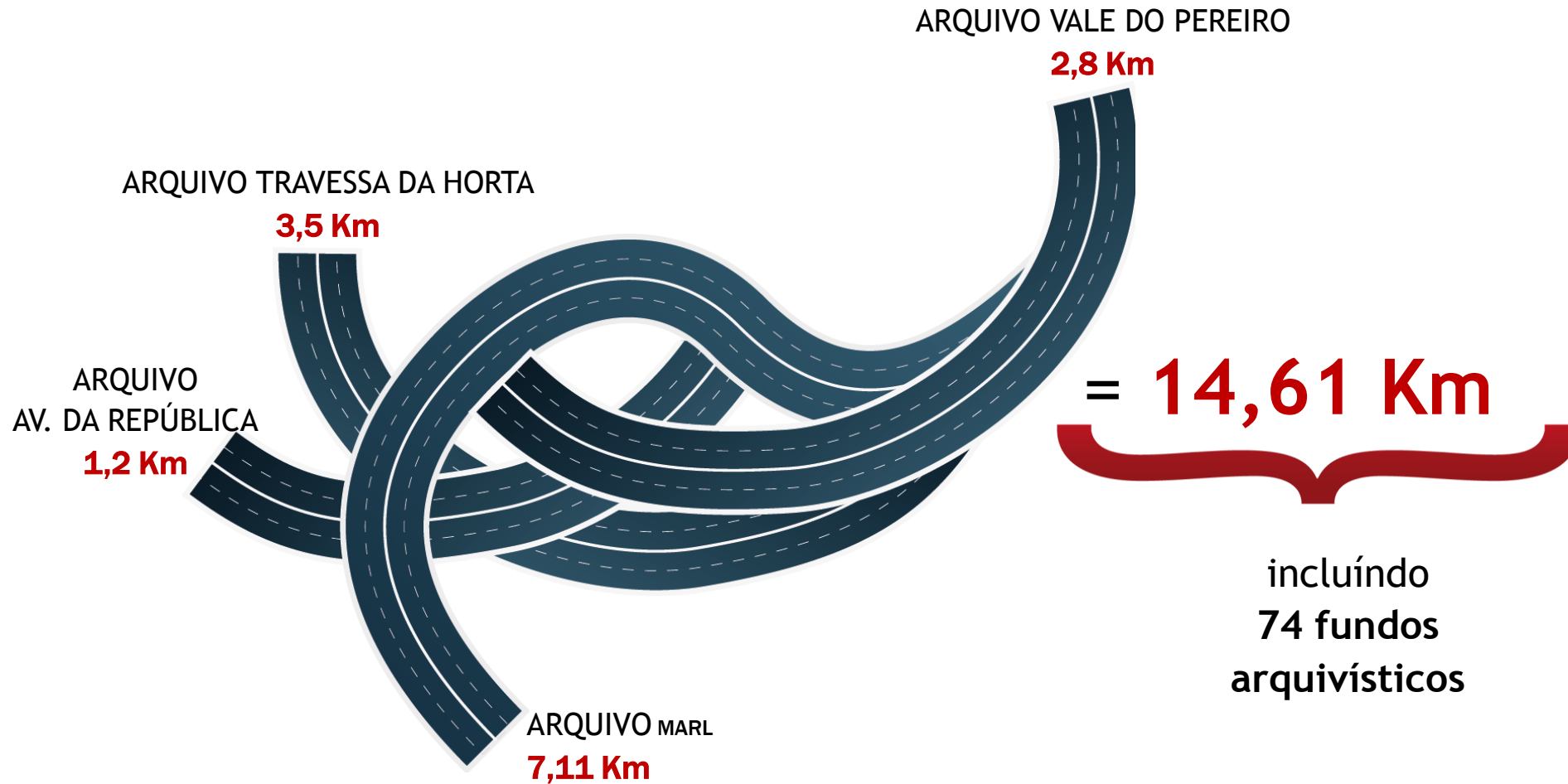


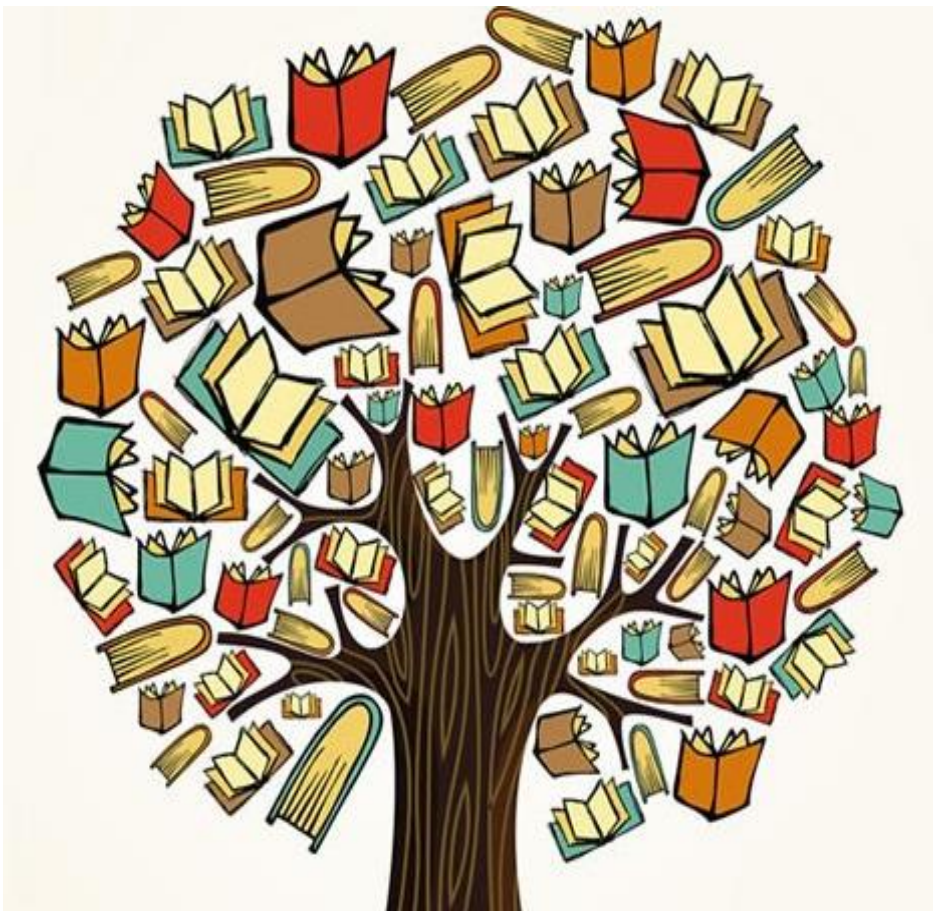
OUTRAS ESTRUTURAS

Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves
Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários



~~Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação~~
~~Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos de Interesse Nacional~~
~~Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego~~
~~Centro de Relações Laborais~~





74 FUNDOS ARQUIVÍSTICOS

COLEÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Desenhos avulsos Sec. XVIII-XX
Processos individuais (1852)
Fotografias

Administração Geral das Matas (AGM), 1824-1881.
Administração dos Reais Pinhais de Leiria (ARPL), 1811-1824.
Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império (CAPOPI), 1941-1945.
Comissão Central de Pesos e Medidas (CCPM), 1852-1858.
Comissão Central Portuguesa para a Exposição Universal de Paris (CEUP), 1854-1858.
Comissão Encarregada de Promover a Exposição dos Produtos da Indústria Portuguesa, Londres (CEPIL), 1850-1852.
Comissão Encarregada de Propor o Plano da Nova Divisão Eclesiástica e Administrativa. (CEPPND), 1843-1848.
Comissão de Estatística e Cadastro do Reino. (CECR), 1820-1856.
Comissão Liquidatária da Extinta Repartição de Pesos e Medidas. (CLRPM), 1868-1877.
Comissão de Obras da Leprosaria Nacional Rovisco Pais. (COLNRP), 1940-1950.
Comissão de Subsistências. (CS) 1915.
Comissariado da Exposição do Mundo Português. (CEMP), 1940.
Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. (CGGM), 1757-1778.
Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. (CGPP), 1763-1779.
Conselho Director dos Trabalhos Preparatórias para a Exposição Universal de Paris de 1878. (CEUP), 1877.
Conselho Geral de Comércio Agricultura e Manufaturas. (CGC), 1852-1889.
Conselho de Guerra. (CG), 1813-1821.
Conselho de Minas. (CM), 1858-1868.
Conselho de Obras Públicas e Minas. (COPM), 1852-1859.
Conselho Superior do Comércio e Indústria. (CSCI), 1890-1892.
Conselho Superior de Obras Públicas. (CSOP), 1919-1931. e 1960-1970.
Conselho Superior de Obras Públicas e Minas. (CSOPM), 1893-1919.
Conservatório das Artes e Ofícios. (CAO), 1836-1854.
Correio Mor. (COR-M), 1793-1799.
Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Norte. (DEMN - Norte), 1925.
Direção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais. (DEPFM), 1897-1899.
Direção Especial de Edifícios Públicos e Faróis. (DEEPF), 1895-1897.
Direção Geral de Agricultura. Repartição de Serviços Agrícolas (DGA-RSA), 1877.
Direção Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas. (DGCAM), 1852-1859.
Direção Geral do Comércio e Indústria. (DGCI), 1859-1911.
Direção Geral dos Correios. (DGC), 1865-1880.
Direção Geral dos Correios Telégrafos e Faróis. (CTF), 1880-1889.
Direção Geral das Obras Públicas. (DGOP) 1852-1859.
Direção Geral de Obras Públicas e Minas. (DGOPM), 1859-1910.
Direção Geral dos Telégrafos (DGT), 1857-1860
Direção Geral dos Trabalhos Geográficos Estatísticos e de Pesos e Medidas (DGEPM- RPM), 1864-1868.
Direção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa. (DOP), 1901-1911.
Direção de Obras Públicas do Distrito do Porto. (DOP Porto), 1905-1915.
Escola de Desenho Industrial Gil Vicente. (EDIGV), 1884-1890.
Estribeiro Mor D. Jaime de Melo. (EM), 1736-1747.
Inspeção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial na Circunscrição do Sul. (IEICS), 1884-1894.
Inspeção-geral das Obras Públicas. (IGOP), 1840-1851.
Inspeção-geral de Pesos e Medidas. (IGPM). 1858-1861.

Inspeção das Obras Públicas da Divisão do Centro. (IOPDC), 1836-1840.
Inspeção dos Paços Reais. (IPR), 1819-1820.
Inspeção de Pesos e Medidas. (IPM), 1859-1869.
Intendência Geral de Minas e Metais. (IGMM), 1801-1820.
Intendência das Obras Públicas. (RFOP), 1825-1828
Junta da Administração dos Fundos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1780- 1800.
Junta Administrativa do Cofre Comum dos Emolumentos das Secretarias de Estado. (JACESE) 1822-1869.
Junta do Comércio. (JC), 1754 -1834.
Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas. (JCOMPM), 1869-1892.
Junta dos Juros dos Reais Empréstimos. (JJRE), 1810-1818.
Junta de Liquidação dos Fundos da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, 1778-1831.
Junta de Liquidação dos Fundos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1800- 1813.
Junta dos Três Estados. (JTE), 1695-1883.
Mesa do Bem Comum dos Mercadores. (MBCM), 1758-1828.
Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria. (MOPCI), 1855-1951.
Ministério do Reino. (MR), 1755-1852.
Montaria Mor do Reino. (MMR), 1583-1833.
Quinta Regional de Sintra. (QR Sintra), 1862-1873.
Reais Ferrarias da Foz do Alge. (RFFA). 1802-1848.
Repartição de Comércio e Serviços Gerais. (RCSG), 1892-1898.
Repartição Fiscal de Obras Públicas. (RFOP), 1826-1828.
Repartição da Indústria. (RI), 1895-1897.
Repartição de Pesos e Medidas. (RPM), 1860-1864.
Repartição dos Serviços Técnicos de Minas e da Indústria. (RSTMI). 1893-1895.
Serviço de Obras Públicas do Distrito de Lisboa. (SOP), 1898-1901.
Subinspeção Geral dos Correios. (SUBC), 1805-1864.
Superintendência Geral dos Contrabandos. (SGC), 1776-1834.
Superintendência Geral dos Correios. (SUPC), 1799-1805.
Superintendência das Ferrarias de Tomar e Figueiró. (SFTF), 1655-1761.
Superintendência das Lezírias da Reverenda Fábrica da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa (S LEZ 1744-1751).
Superintendência do Serviço de Pesos e Medidas. (SUPPM), 1869-1879.

Seguiu -se o preconizado nas "*ORIENTAÇÕES PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NO CONTEXTO DE UMA REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESTADO*".

A intervenção de avaliação foi enquadrada pelas portarias de gestão de documentos das entidades originárias:

- PORTARIA Nº 745/2006 - SGMOPTC;
- PORTARIA Nº 1300/2006 - SGMEID;
- PORTARIA Nº 686/2001 - IGAE;
- PORTARIA Nº 938/99 - CAPMEP;
- PORTARIA N.º 999/2009 - ASAE;
- PORTARIA N.º 740/2009 - DGAE.



- Política de proximidade e abertura;
- Apoio técnico;
- Produção de Orientações Técnicas transversais;
- Disponibilização de formulários;

Visando:

- ✓ Uniformização de procedimentos;
- ✓ Consolidação de boas práticas;
- ✓ “Conforto” institucional aos organismos.



- Projeto de centralização geográfica de depósitos;
- Revisão do sistema de gestão documental para inclusão de gestão de arquivo digital (de acordo com as regras e requisitos MoReq) e plano de preservação digital;
- Levantamentos para efeitos de elaboração de relatórios de documentação acumulada relativamente à documentação de suporte/transversal.



- É absolutamente necessário, em sede de alterações orgânicas, enquadrar juridicamente os arquivos, como 4º recurso das organizações
- É urgente rever o quadro legislativo de gestão dos arquivos na Administração Pública – 17 anos volvidos sob o DL 447/98 - administração Pública mudou radicalmente.
- É necessário preparar e divulgar instrumentos pragmáticos de auxílio aos serviços.

“As pessoas têm medo das mudanças. Eu tenho medo que as coisas nunca mudem”

Chico Buarque

